

A política da ação coletiva: estudos rurais em perspectiva comparada

Lucas Correia Carvalho (GSO/UFF)

Introdução

Esta pesquisa, ainda incipiente, propõe investigar em quadro comparado as formulações teóricas surgidas em diferentes paragens sobre a ação coletiva nos estudos rurais. A escolha desse tema como ponto de comparação se deve a alguns motivos: primeiro, ela se relaciona à discussão da peculiaridade de uma área que podemos chamar genericamente de estudos rurais. O debate é de longa data e aponta, grosso modo, para duas tendências: a primeira restringe as ambições teóricas da área à investigação das especificidades do seu objeto como um fim em si mesmo; a segunda se revela em tentativas que buscam descentrar seu campo empírico e integrá-lo em formulações teórico-metodológicas mais gerais, mas que malogram em considerar aquelas especificidades como heurísticas na construção de pontes entre as questões postas pelos estudos rurais e a teoria social (Jollivet, 1998; Almeida, 2007; Martins, 2010; Wanderley, 2011). Por isso o desafio de conciliar teoria e empiria nos estudos rurais nem sempre resultou profícuo, não raro reforçando uma ambiguidade que parece central para a área que é a de tornar as especificidades porventura existentes em circunscritas situações empíricas, da ordem do objeto, como equivalentes lógicos das especificidades tidas como fulcro da investigação teórico-metodológica e, portanto, da ordem da construção sociológica do objeto.

Equilíbrio difícil que se soma a outra dificuldade: quando se reflete sobre ação coletiva e outros temas caros da teoria social, seus pressupostos e encaminhamentos teóricos geralmente são acompanhados de uma visão assentada em experiências históricas em que a vida urbana teve um papel central (Martins, 1981; Sigaud, 1991; Maia, 2011 e 2013). No caso dos estudos rurais e especificamente camponeses, o interesse de pesquisadores em outras realidades, para além das sociedades centrais, não levou necessariamente a um deslocamento dessas premissas. Ao contrário, muitas vezes elas foram reforçadas através de concepções que enredavam o campesinato no

conservadorismo e na pré-política, enquanto o proletariado urbano encarnaria o movimento e a atividade política própria da modernidade.

Tendo em vista essas questões, nosso intuito é circunscrever diferentes formulações sobre a ação coletiva camponesa no contexto internacional, de forma a melhor compreender como algumas análises realizadas a partir da realidade brasileira lograram lançar luz em pontos cegos daquelas formulações. Para cercar a questão a que proponho, recorrei aos trabalhos de três autores: Eric Wolf, no caso norte-americano, Pierre Bourdieu, no caso francês, e Moacir Palmeira, no caso brasileiro¹. Como toda comparação, ela busca matizar as posições relativas, aproximando e distanciando-as, mas também, podemos dizer de antemão, ela é interessada e, não obstante, enviesada, já que busca nesse exercício introdutório qualificar as possíveis contribuições das discussões encetadas na área de estudos rurais e agrários no Brasil a outras áreas como a sociologia política e, de forma mais geral, à teoria social.

Nesse sentido, a tentativa é elucidar como os pesquisadores aqui destacados contribuíram, cada uma a sua maneira, para uma visão menos disjuntiva entre as especificidades empíricas atribuídas a seus objetos e considerações teóricas mais amplas – empreendimento não restrito ao tema da ação coletiva. Embora não possamos aqui aprofundar esses pontos, é interessante notar como os estudos de Eric Wolf entre camponeses serviram para uma compreensão mais ampla dos problemas específicos impostos pela questão agrária ao capitalismo². Por seu turno, as pesquisas de campo realizadas na Argélia por Bourdieu serviram, ao longo de sua trajetória, como referências constantes para elaborações conceituais, tais como a noção de “habitus”. A tese de doutorado de Moacir Palmeira, defendida na França em 1971 e intitulada “Latifundium et Capitalisme au Bresil: Lecture Critique d’un debat”, buscava fugir das artimanhas impostas pelo debate teórico e normativo

¹ Para o caso brasileiro a pesquisa incluirá, em suas próximas etapas, as pesquisas de Lygia Sigaud.

² Preocupações semelhantes sobre o desenvolvimento do capitalismo visto a partir desses tópicos da questão agrária no Brasil são encontrados na obra do sociólogo José de Souza Martins. Não por acaso, Martins considerou fazer seu doutorado nos Estados Unidos com Eric Wolf, “antropólogo que tem estudado as populações camponesas da América Latina e o tem feito combinando a perspectiva antropológica com a perspectiva histórica” (Martins, 1997, p. 11).

da esquerda brasileira, formulando suas alternativas em torno daquilo que denominou o “sistema de plantation” (cf. Carvalho, 2015).

Tendo em vista a proposta de descentramento dos estudos rurais aqui proposto busco realizar um movimento analítico que parte das formulações dos autores destacados e insere suas contribuições num contexto de discussão mais amplo, sobretudo aquele de uma vertente da sociologia política dedicada ao estudo da ação coletiva. Nesse passo, a discussão pretende delinear o que os estudos rurais podem iluminar, a partir de perspectivas diversas e em contextos distintos, dos limites e possibilidades do conflito envolvido quando parcelas da população do mundo rural se organizam. Em suma, o texto se interessa pela política da ação coletiva³.

Campesinato, Estado e ação coletiva

Pode-se mesmo afirmar que a antropologia de Eric Wolf (1923-1999) está calcada em dois princípios básicos: num esforço sistemático de interlocução com a teoria e o método marxista, e a dedicação aos chamados, entre aspas, “povos sem cultura”, principalmente o campesinato. Esses dois princípios, por sua vez, estão relacionados à ambiência intelectual da época e, por conseguinte, às suas propostas alternativas ao modelo dos denominados “estudos de comunidade” e de reflexão sobre campesinato num mundo capitalista (Szanton, 2004).

Foi nesse contexto que, em 1948, o antropólogo americano Julien Steward (1902-1972), professor da Universidade de Columbia, coordenou um grupo de alunos de pós-graduação (da própria Universidade de Columbia e da Universidade de Chicago), em uma ampla pesquisa de campo em Porto Rico. Esse projeto, conhecido como “The People of Puerto Rico” (1948-1956), foi desenvolvido sob os auspícios do “Social Science Research Center” da Universidade de Porto Rico e financiado pela Fundação Rockefeller. Tinha

³ E se o faz é porque busca ir além dos problemas analíticos que os estudos rurais, volta e meia, se veem envolvidos: notadamente no que diz respeito às definições do campesinato como “part-society”, a meio caminho entre o tradicional e o moderno, que não raro passam a ditar as características “essenciais” desse grupo social. Na base da comparação reside o interesse, especificamente em relação ao caso brasileiro, em descortinar os aspectos da dinâmica social trazidos pelas análises na qual as ações coletivas sequer se tornam possíveis ou, ao menos, restritas em suas possibilidades. Nesse sentido, reforça o sentido heurístico que o estudo da questão agrária pode ter na elucidação de processos mais amplos da sociedade brasileira que reforçam ou trazem à tona seu caráter autocrático e desigual.

como objetivo testar empiricamente as formulações teórico-metodológicas da “ecologia cultural” de Steward, cujos preceitos fundamentais buscavam fugir das limitações metodológicas dos “estudos de comunidade” (Steward *et alli*, 1966, p. 2). A proposta de Steward de uma “ecologia cultural” tomava a comunidade como apenas um entre outros níveis da sociedade global, sendo a própria comunidade composta internamente por diferentes “subculturas” ou grupos. Cada uma dessas “subculturas” deveria ser analisada dentro de um quadro mais amplo conforme os distintos “níveis sócio-culturais de integração” à sociedade global, a exemplo da “família”, “comunidade”, “nação” e o “Estado” (Steward *et alli*, p. 8). Afinado cada vez mais com a perspectiva marxista, Eric Wolf logo se distanciaria da teoria da “ecologia cultural” de Steward, e enveredaria num programa próprio de pesquisa (cf. Silverman, 1979; Wolf, 2001 e Mintz, 2011). Enquanto Steward se interessava pelas “relações sociais de trabalho”, oriundas da adaptação entre meio ambiente e tecnologia, o grupo passava a considerar as “relações sociais de produção” como significativas para os estudos antropológicos, ou seja, as relações de força e dominação envolvidas numa determinada divisão do trabalho (Wolf, 2001, p. 44; ver também Roseberry, 1978 e Lauria-Peicelli, 2011).

As divergências surgidas no bojo do projeto “Puerto Rico” abririam um amplo leque de questões que Wolf exploraria em seus estudos sobre as formas de organização social e de ação coletiva de grupos camponeses na América Latina e ao redor do mundo. No que concerne aos estudos sobre campesinato, Wolf parecia particularmente incomodado com a definição tornada canônica de Alfred Kroeber em seu livro “Anthropology” (1948) de que os grupos camponeses se constituem como sociedades parciais (“part-societies”) com culturas parciais (“part-cultures”). A formulação de Kroeber levaria ao desenvolvimento de uma das teorias mais influentes sobre o campesinato contida na noção de “continuum folk-urbano” do antropólogo norte-americano Robert Redfield. A despeito de seu viés evolucionista, essa formulação colocava o campesinato, diferente do “primitivo”, sempre em relação à civilização moderna, contida na ideia de urbano, ensejando uma diversidade de trabalhos empíricos e definições próximas ou discordantes, algo que Eric Wolf qualificou como uma espécie de “síndrome recorrente” da época (*apud* Shanin, 1980, p. 49).

O próprio Wolf em seu “Sociedades Camponesas” [1966] propunha elaborar um “manual sobre a vida camponesa” (Wolf, 1970, p. 9), definindo suas formas particulares, entre elas a de que a produção camponesa se dedicaria fundamentalmente à autossustentação, e não à comercialização. Entretanto, para Wolf, não era suficiente indicar que o campesinato fazia parte de uma sociedade mais ampla e complexa, haja vista que muitas sociedades primitivas não se mantinham isoladas. A diferença com o primitivo, contudo, residiria justamente no fato de que o camponês estaria subordinado econômica e politicamente a um grupo dominante que transferia os excedentes para as suas mãos, o denominado “fundo de aluguel” (Wolf, 1966, p. 24). Em embate com a concepção culturalista de Redfield, Wolf afirmava que mais do que um “estilo de vida”, a definição de camponês denotava “uma relação estrutural assimétrica entre produtores de excedentes e o grupo dominante” (Wolf, 1966, p. 24), e que, por isso, não seria a cidade – apenas uma forma, entre diversas outras, de orquestração de poder e influência – o elemento decisivo dessa relação, mas o Estado, cujas funções condensam as exigências e sanções dos detentores de poder, aos quais os camponeses estariam sujeitos.

O teor marxista contido nessa definição da categoria campesinato se estenderia à compreensão sobre ação coletiva, tal como expostas no livro “Guerras Camponesas do Século XX” [1969]. Ao estudar casos como os do México, Rússia, China, Vietnã, Argélia e Cuba, Wolf buscava especificar qual categoria no interior do campesinato estaria mais sujeita a crises e suscetível aos apelos de sublevação (Wolf, 1984, p. 4). O antropólogo propõe para tanto localizar, nos diversos casos históricos, o campesinato e suas frações no interior de um mapa mais amplo das relações de classe, levando em conta suas distintas extrações sociais e econômicas (Wolf, 1984, p. 5).

Embora Wolf tenha levado a cabo sua proposta de compreender as frações da classe camponesas no interior das relações de classe em cada caso histórico, ocorre que, ao fim e ao cabo, suas considerações gerais se voltaram basicamente para como uma fração exclusiva se constituiu na mais engajada politicamente: a de “camponeses médios”, camada que encarnaria o protótipo clássico do camponês, cujo trabalho na terra, voltado para a autossustentação, envolvia a autonomia em relação ao processo de cultivo. Entre uma extremidade da estratificação, composta pelo “camponês rico”, cujos interesses

se vinculariam aos das classes externas à aldeia ou à comunidade, servindo como mediador do poder estatal, concedendo empréstimos e empregando trabalho alheio, e outra extremidade, onde se encontraria o “camponês pobre ou trabalhador sem terra” que, subordinado aos senhores, estaria desprovido de recursos próprios para a luta pelo poder, estaria o “camponês médio”, proprietário de terras situado em áreas periféricas ao controle estatal e afastado do mando direto dos proprietários de terras, condições que lhe assegurariam recursos próprios para “o mínimo de liberdade tática necessária para desafiar o seu chefe supremo” (Wolf, 1984, p. 221).

O protagonismo do “camponês médio” nos levantes e revoluções estaria associado também ao que parecia um paradoxo, já que esse estrato era o que os antropólogos e os sociólogos rurais comumente identificavam como o mais conservador; no entanto, Wolf acrescentava, era também o mais suscetível às mudanças econômicas e com mais recursos para passar por elas sem aderir facilmente às camadas dominantes. Não menos importante seria a relação que essa camada estabeleceria historicamente com o proletariado urbano, uma vez que, diferente do “camponês pobre ou sem terra”, por exemplo, a migração para a cidade não implicava a ruptura dos laços familiares, mas a sua manutenção e contato com as ideias políticas. Por essa razão, Wolf chega a sugerir a hipótese de que a atividade revolucionária não era propriamente resultado do crescimento de um proletariado urbano, mas do desenvolvimento de uma força de trabalho industrial que ainda mantinha ligações com a vida na aldeia ou na comunidade.

Essa hipótese é corroborada pela afirmação de que sem liderança ou influência externa, os camponeses não fazem revoluções, mas rebeliões, ainda que ativamente engajados. A justificativa é simples e congruente com sua definição de campesinato: a utopia camponesa seria formada pela aldeia livre, livre dos comerciantes e recrutadores da força de trabalho, sem qualquer “familiaridade com a complexa máquina das operações estatais”, que lhes afigura como “um monstro frio” (Wolf, 1984, p. 224). Esposando essa utopia, os camponeses poderiam até remodelar a estrutura rural onde viviam, “mas não se aposs[ariam] do Estado nem das cidades que abrigavam os centros de controle dos recursos estratégicos não agrícolas da sociedade” (Wolf, 1984, p.

223). Daí o caráter trágico de sua luta: os esforços para destruir as agruras presentes só levariam a um futuro incerto (Wolf, 1984, p. 229).

Assim como muitos autores de sua época, Wolf buscava apontar para o sentido reformista ou revolucionário das lutas emancipatórias, mas sua proposta de vinculação da organização política camponesa ao estrato médio acabaria por reforçar uma perspectiva estrutural de análise. Embora destacasse a importância das relações de classes e suas frações em cada caso nacional, contraditoriamente, suas conclusões teóricas pareciam conceder um lugar marginal a essa dimensão propriamente política, na qual as ações, relações e concepções estratégicas dos atores envolvidos poderiam também definir e redefinir as posições de classe. Wolf chega a se valer dessa perspectiva para questionar certo conservadorismo que algumas abordagens imputavam inerente ao campesinato, mas o peso explicativo – senão determinante – das condições econômicas e sociais, antevistos sobretudo naquela camada média, impediu que avançasse no sentido de relativizar concepções substantivadas do campesinato e mesmo daquelas propriedades revolucionárias e reformistas.

O “habitus” camponês e ação coletiva

Egresso da École Normale Supérieure em 1954, onde defendeu a tese “Structures temporelles de la vie affective” orientado por Georges Canguilhem, Pierre Bourdieu foi enviado em 1955 à Argélia para serviço militar durante a Guerra de Independência (1954-1962). O impacto econômico decorrente de décadas de colonização, bem como o drama social do conflito lhe despertou interesse para a compreensão daquela sociedade e de seus grupos. Um episódio seria decisivo para reforçar esse interesse e reorientar de vez sua trajetória: a intervenção de Colonel Ducourneau, membro do governo argelino oriundo de sua região natal e amigo de família, levou o então jovem filósofo, manifestamente crítico à submissão de seus colegas à autoridade militar, a ocupar um cargo no serviço de documentação e informação da administração francesa na Argélia. Lá Bourdieu teve a oportunidade de travar contato com uma série de pesquisadores, tornando-se um leitor ávido de tudo que dizia respeito à Argélia e suas diversas regiões, sobretudo a de cultura berbere. Em

1958 se tornou professor assistente da Universidade de Argel até que, em razão de ameaças vindas de grupo contra a independência da Argélia, regressou definitivamente à França em 1964. Entre a bibliografia que se debruça sobre esse período argelino da obra do sociólogo francês, é comum ressaltar a integração de etnografias em estilo clássico, devotadas às formas de percepção e conhecimento de grupos locais e tradicionais, com os estudos que retratam a realidade trazida pela guerra e o impacto das formas capitalistas colonizadoras (Yacine, 2008; Go, 2013). Embora o próprio Bourdieu não tenha feito um esforço sistemático de integrá-las – o que faz com que alguns comentadores denominem essa ausência de “as duas Argélias de Bourdieu” (Martín-Criado, 2008; Goodman e Silverstein, 2009) – é notável como, num nível metodológico, elas se encontram numa espécie de “etnossociologia” (Yacine, 2008; Peters, 2017), atrelando o estudo cuidadoso da etnografia com questões mais amplas trazidas pela sociologia, como o capitalismo e o colonialismo, conforme já apresentado em seu livro de estreia “Sociologie de l’Algérie” [1958]. Ademais, Bourdieu se insere na longa tradição francesa ao afirmar a necessidade de integração da etnografia com a sociologia, como os mestres precursores Durkheim, Mauss, Lévy-Bruhl, e rejeitando a etnografia como meio exclusivo de rememoração de práticas tradicionais – a gosto dos “folcloristas” –, mas como estudo de campo profundo e de forte caráter teórico (Heilbron, 2011).

Nas controvérsias que se seguiram à Guerra de Independência, o campo intelectual francês se dividira entre defensores de uma “Argélia francesa” e de uma “Argélia Argélia”. Entre os primeiros, muitos intelectuais franceses e argelinos se associaram à chamada “Escola de Argel” – entre eles figuras proeminentes como Albert Camus, a socióloga e etnógrafa francesa Germaine Tillion, e o romancista Mouloud Feraoun – que propugnava uma reconciliação entre metrópole e colônia calcada em garantias civis, políticas e igualdade social entre todos os cidadãos (Yacine, 2008; Goodman e Silverstein, 2009). Crítico a essa visão “integracionista”, Bourdieu endossava a corrente contrária, favorável à independência argelina. No entanto, sua posição não se igualava a de intelectuais que estavam ao seu lado – como Jean Paul Sartre e Franz Fanon. Ao contrário, Bourdieu era extremamente crítico ao que via como um afastamento total e inconsequente da esquerda frente à realidade

argelina e à insistência em identificar no campesinato o nascimento de uma consciência revolucionária que levaria à formação de uma aliança com o proletariado transnacional emergente.

Em 1958, mesmo ano portanto em que assume o cargo de professor assistente na Universidade de Argel e publica “Sociologie de l’Algérie”, Bourdieu realiza pesquisas na “Association de Recherche sur le Développement Économique et Social” (ARDES), braço argelino do “Institut National de la Statistique et des Études Économiques” (INSEE). Junto com os estatísticos do ARDES, Alain Darbel, Claude Seibel e Jean-Paul Rivet, Bourdieu aplicou extensos questionários em áreas rurais e urbanas (Alger, Oran, Constantine, Sidi-bel-Abbès, Mostaganem, Tizi-Ouzou) entre grupos proletários e subproletários. A categoria “trabalho” era recorrente nos discursos dos trabalhadores e, embora não fosse o intuito inicial da pesquisa analisá-la, ela se tornou central para a compreensão do modo de vida desses grupos (Bourdieu *et al*, 1963, p. 268). O resultado desse esforço coletivo está contido no livro “Travail e Travailleurs en Algérie” de 1963.

Nesse novo contexto de intensificadas mudanças a função social do trabalho, voltado quase exclusivamente ao ganho monetário, é totalmente distinta daquela existente na sociedade argelina tradicional. Na sociedade camponesa os aspectos sociais e econômicos encontram-se indissociados, confinando o cálculo econômico a um ciclo curto de tempo, muito restrito ao presente. Diante das mudanças vivenciadas principalmente pelos subproletários, todas as atitudes supõem agora a dissociação das duas funções, requisito fundamental para que o cálculo econômico aponte para o futuro a partir das condições presentes. A questão para o sociólogo francês é que as mudanças estruturais das relações econômicas a partir do colonialismo não se constitui por si só em aspecto determinante para as modificações das atitudes econômicas fundadas numa relação específica com o tempo.

Segundo Bourdieu, a apreensão emocional (“piston”, “hasard”), mais do que racional, da vida em sua totalidade, do desemprego e do trabalho em particular, operam no sentido de confinarem os algerianos num mundo de pobreza e resignação, apostando como saída na sorte e no destino. O autor sugere que a consciência política por exemplo dos cabilas, grupo berbere ao qual Bourdieu se dedicou intensamente, estaria associada à sua condição

econômica e social, cuja mudança ainda não operou uma tomada de consciência, de forma que “(...) ils ne sont pas assez détachés de leur condition pour la constituer en objet” (Bourdieu *et al*, 1963, p. 308). Somente com a manutenção de condições estáveis mínimas, como o emprego permanente e o salário regular, poderia se formar uma consciência temporal aberta e racional, ordenando as aspirações e os julgamentos em um projeto de vida, substituindo, enfim, a evasão pelo sonho e imaginação. No entanto, a situação vivida pelos trabalhadores argelinos era ambígua e mesmo anômica, e nada parecia contribuir para alterar a situação, ao menos a curto prazo já que a guerra tendia a perpetuá-la.

Em 1964, Bourdieu lança junto com um de seus colaboradores e alunos da Universidade de Alger, Abdelmalek Sayad, o livro “Le Déracinement” (1964), dedicado ao entendimento das transformações sociais operadas a partir da criação de centro de reagrupamentos por parte do exército francês na tentativa de bloquear o recrutamento de camponeses por parte dos grupos guerrilheiros. O drama vivido pelos camponeses nesses centros é retratado de forma muito próxima ao do conjunto de trabalhadores argelinos, já que se encontram espremidos entre uma cultura pré-capitalista e outra, propriamente capitalista, que se insinua entre as modificações das estruturas econômicas, mas não alcança se efetivar. O impasse trazido por essa condição, propunham os autores, não poderia ser devidamente compreendido como um processo de “aculturação”, como em voga na antropologia cultural da época, mas como fruto das relações desiguais entre colonizadores e colonizados que impedem a autonomia na definição e seleção dos empréstimos culturais por parte dos camponeses (Bourdieu & Sayad, 1964, p. 30-31 e 34).

A condição de “desempregado”, tantas vezes reforçada pelos camponeses em suas entrevistas, dizia respeito à situação limiar de subproletários em que viviam: não eram integrados aos setores mais dinâmicos da vida moderna, recorrendo a bicos diversos, e estavam impossibilitados de reconstituírem um estilo de vida em que o trabalho na terra ocupasse o seu centro. Nesse sentido, vale a pena reproduzir a passagem em que os autores destacam a inércia de uma orientação de conduta camponesa cujas condições se desintegravam, “parce que son être est avant tout une certaine manière d’être, un habitus, une disposition permanente et générale devant le monde et

les autres, le paysan peut rester paysan lors même qu'il n'a plus la possibilité de se comporter en paysan" (Bourdieu e Sayad, 1964, p. 102).

Em contexto muito particular de pesquisa, as etnografias de Bourdieu também se deparavam com uma questão imposta a toda tradição de estudos camponeses, qual seja, a de que o próprio objeto de pesquisa – uma sociedade parcial como na formulação clássica de Kroeber - impingia à teoria sua ambiguidade constitutiva. Em “Le Déracinement”, esta ambiguidade conduz à própria estruturação da análise, como bem demonstram os títulos dados a alguns capítulos do livro - “L`agriculture sans agriculteurs”, “Citadins sans cite” – e nas construções bem ao gosto de Bourdieu de “camponeses ‘encampesinados’” (“paysans ‘empaysannés’”), que ainda teriam na tradição o fim último de suas ações e de valor incontestável, e de “camponeses ‘descampesinados’” (“paysans ‘dépayannés’”), a exemplo de alguns grupos dos assentamentos e dos proletários das fábricas cujas novas referências culturais invalidariam em parte a tradição de seus ancestrais. Enquanto os primeiros seriam incapazes de se adaptar à nova ordem das coisas, os segundos, apesar da condição trágica que experimentavam, estavam mais aptos a circularem entre os dois mundos justamente porque não se encontravam plenamente em nenhum deles. Ao “tradicionalismo tradicional” (“traditionalisme traditionnel”) que conviria a uma sociedade equilibrada, substitui-se um “tradicionalismo do desespero” (“traditionalisme du désespoir”), típico de uma sociedade desagregada e de uma economia de sobrevivência formada por um subproletariado ainda encantado por um passado camponês de forma abrupta liquidado (Bourdieu & Sayad, 1964, p. 20)

Ao mesmo tempo em que Bourdieu compartilhava com a esquerda a preocupação em entender as condições de possibilidade de desenvolvimento de engajamento de setores diversos na transformação da sociedade argelina, afirmava que o apoio de grupos argelinos à guerra não os fazia necessariamente – ao menos num sentido sociológico – “revolucionários”. Sobretudo os camponeses estavam encerrados num tipo de utopia milenarista que, em vez de dotá-los de uma consciência verdadeiramente revolucionária, tornava a insatisfação com a condição colonial ambígua e mesmo incoerente. Ao contrário de Fanon, por exemplo, dizia que os camponeses poderiam se tornar uma “força de revolução”, mas não propriamente uma “força

revolucionária”, esta talvez coubesse ao proletariado ou aos grupos mais ligados às atividades dinâmicas do capitalismo e ao seu tipo de racionalidade projetada para o futuro. Incomodado com os pressupostos do debate na esquerda francesa, Bourdieu se contrapôs à noção de falsa consciência, fundada, segundo ele, numa filosofia do sujeito que estipulava ser possível uma relação objetivada e transparente com o mundo social a partir de uma consciência de classe. Para alguns de seus comentadores já estava aqui em gérmen aspectos fundamentais do que viria a ser condensado em suas formulações acerca do “habitus” e, por conseguinte, da divisão entre consciências reflexiva e pré-reflexiva, esta com efeitos duradouros nas práticas dos indivíduos.

Essas avaliações, contudo, não impediram que muitos comentaristas apontassem nas pesquisas etnográficas de Bourdieu a existência de certos mitos, como o de que a sociedade argelina pré-colonial funcionaria em relativo equilíbrio anterior ao contato colonial (Colonna, 2009; Silverstein & Goodman, 2009; Martín-Criado, 2008). As mudanças de uma cultura camponesa tradicional e unificada viriam de elementos externos dissonantes, desconsiderando certas acomodações seletivas e criativas por parte da população autóctone, como, por exemplo, os usos específicos da propriedade “tradicional” para assegurar um uso individual da terra, mesmo quando fundada em princípios ideológicos da posse comunal (Silverstein & Goodman, 2009, p. 19). Do mesmo modo, ao selecionar os *cabilas* como foco de suas pesquisas, Bourdieu reforçaria um dos *tropos* mais recorrentes na tradição da etnologia colonial que fazia desses grupos objeto privilegiado de análise. Afinal, tratar-se-iam de povos com traços culturais liminares entre o Ocidente e o Oriente, a África e a Europa, verdadeiros homens de fronteira, marcados pela heterogeneidade cultural principalmente pela parca influência islâmica (Silverstein & Goodman, 2009, p. 23)⁴.

Embora Bourdieu tenha uma visão um tanto quanto pessimista em relação ao papel do campesinato na guerra de Independência da Argélia e mesmo sobre sua participação no governo pós-Independência, interessante

⁴ Silverstein e Goodman (2009, p. 20) sugerem que a imagem de um campesinato vivendo um estágio anômico e marginalizado construída por Bourdieu só tem seu sentido completamente revelado se contraposta àquela outra imagem “idealizada” do “camponês encampesinado”.

notar que, na esteira de alguns de seus comentadores, a própria situação imposta pelo colonialismo e pela guerra impingia uma dualidade de orientações de condutas que levou alguns grupos sociais – sobretudo aqueles mais ligados à economia moderna – a experimentarem uma clivagem de suas socializações. A anomia marcada pelo desencontro entre estruturas e práticas era a norma e não a exceção na Argélia daqueles tempos. Esse veio teórico se perderia, ou ao menos se enfraqueceria, ao longo da obra do autor, já que as formas de socialização secundárias não se coadunariam tão bem com o peso conferido pela noção de “habitus” às experiências primeiras de socialização⁵.

A política como dimensão constitutiva do campesinato

O contexto brasileiro dos anos 1970 não era a de uma guerra, mas a repressão durante a Ditadura Militar (1964-1985) guardava certas similaridades com o ambiente encontrado por Bourdieu na Argélia. A primeira delas dizia respeito à própria realização de pesquisas em ambientes marcados pela desconfiança e vigilância. Essas dificuldades deveriam ser enfrentadas por aqueles que, fugindo das diversas formas de controle postas em prática pela Ditadura, converteram a frustração com o projeto de mudança social abortado pelo novo regime em investimento intelectual e formação profissional, buscando na academia e na pesquisa de campo maneiras de se aproximar de setores excluídos da população (Velho, 1983; Garcia Jr. 2009).

Uma série de trabalhos se voltou para o meio rural para compreender as formas de resistência do campesinato e as especificidades envolvidas na luta de suas diversas categorias (Gnaccarini & Moura, 1983; Sigaud, 1992; Garcia Jr. & Grynszpan, 2002). Entre eles, um grupo de antropólogos, liderado por Moacir Palmeira e Lygia Sigaud, então pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFRJ, que decidiram estudar

⁵ Em “Sociologie de l’Algérie” (1958), Bourdieu (2012, p. 134-135, grifos nossos) sugere que as transformações econômicas e sociais da Argélia estariam expondo todas as classes, em particular a pequena burguesia, “aux conflits qu’entraînent l’affaiblissement des systèmes de sanction traditionnels et la dualité des règles de vie (...), contraints de porter au niveau de la conscience *les prémisses implicites ou les modèles inconscients de leur tradition*, donc voués à vivre comme une double vie intérieure et à balancer sans cesse entre l’identification anxieuse et le négativisme révolté”. Nesse trecho, o autor anteviu possibilidades de descentramento e objetivação dos sujeitos dominados envolvidos no conflito, hipótese, nos parece, rarefeita em seus escritos posteriores.

as transformações recentes na *plantation* nordestina com suas alterações nas formas de dominação e o concomitante surgimento de um neo-campesinato. As primeiras idas a campo causaram surpresa, conforme relato de Moacir Palmeira:

Quando planejávamos essa ida ao interior de Pernambuco em 1969 todo mundo dizia: 'Não, você não vai encontrar nada, você vai ser preso, os sindicatos ficaram todos pelegos, não tem mais nada e tal'. E quando eu chego no interior de Pernambuco eu encontro manifestações em massa, 200, 300 trabalhadores na porta de juntas trabalhistas exigindo seus direitos (Palmeira, 2013, p. 452).

A partir de então, a organização e participação políticas não poderia deixar de ser, ao menos para esse grupo, constitutiva do próprio entendimento do campesinato. O esforço era analítico e não somente normativo, consistindo em não tomar a política como um dado *a priori* da pesquisa – a exemplo dos propalados traços tradicionais e conservadores – ou como um simples aspecto tangencial, como se a política não interferisse na organização social e econômica desses grupos. Não à toa, ainda segundo Palmeira, “que alguns de nós nos vinculamos ao movimento sindical. Eu pessoalmente fiquei muitos anos como assessor da Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura], porque em plena ditadura abria uma perspectiva de luta de massa” (Palmeira, 2013, p. 452). A surpresa dos pesquisadores pela luta dos trabalhadores no Nordeste em plena ditadura militar faria o grupo inverter a lógica segundo a qual o intelectual deteria a chave da organização e o encaminhamento da luta política. O inverso acontecia: Palmeira ressalta que seu envolvimento com a CONTAG o ajudou a refletir sobre certas aporias presentes em análises correntes da organização política do campesinato, como, por exemplo, “espontaneidade” e “dirigismo” e a relação entre diversidade do campesinato (inclusive sua diferenciação socioeconômica) e o ativismo político. Essa experiência lhe permitiu ainda “contribuir para a renovação da linguagem sindical e, de algum modo, para o arejamento da linguagem e das concepções dos agraristas” (Palmeira, 1994, p. 16).

Palmeira escreveu diversos textos sobre ação coletiva e participação coletiva do campesinato, mas um em particular condensa suas formulações e

as contribuições teóricas ao debate mais amplo que até aqui circunscrevemos: refiro-me ao texto mimeografado intitulado “Diferenciação social e participação política do campesinato: primeiras questões”, de 1975.

Segundo o antropólogo, trabalhos “clássicos” envolvidos no debate sobre a participação política do campesinato buscavam constantemente definir o “caráter revolucionário ou não dessa ou aquela classe em virtudes intrínsecas ou taras seculares”, espécie de “substancialismo” pouco atento às condições históricas (Palmeira, 1975, p. 1)⁶. No entanto, observava o autor em crítica que poderia ser dirigida a Eric Wolf, “introduzir *ad hoc* conteúdos históricos (...) não chega a resolver o problema e é apenas indício de uma dificuldade” (Palmeira, 1975, p. 1, grifos no original). Expressão disso era o procedimento, tomado, sobretudo, da literatura russa, de correlacionar o nível de renda de estratos camponeses (rico, médio e pobre) com os sentidos de suas atividades políticas. No caso russo, de acordo com o pesquisador, esse tipo de análise teria alguma “consistência sociológica” dado o peso da comunidade (*mir*) sobre as unidades familiares, indicando que a diferenciação econômica camponesa poderia ser um indício de transformação da organização coletiva. Realidades como a do Brasil, fazia girar em falso aquela distinção entre estratos sociais como variável indicativa da desintegração da comunidade e da diferenciação do campesinato, afinal, para Palmeira, “não que inexista a ‘comunidade rural’ ou algum tipo de ‘aldeia’, como foi sugerido por Oliveira Vianna e Lynn Smith e aceito por boa parte da comunidade intelectual. Apenas a ‘área de incidência’ do controle da comunidade sobre seus membros é diferente” (Palmeira, 1975, p. 3). O *mir* russo teria um controle mais direto e centralizado sobre as unidades familiares, tendo o poder, por exemplo, de dispor e realocar o estoque de terras entre seus membros, enquanto no Brasil a “comunidade” não teria senão controle indireto (casamento, mecanismos de herança, ou “socialização” de certos recursos), sendo a unidade familiar camponesa a maior responsável pelo gerenciamento de sua propriedade. Dito de outro modo, no Brasil haveria margem para a diferenciação

⁶ Nesse ponto em particular a recepção de Pierre Bourdieu por Moacir Palmeira e de forma geral pelos estudos sobre campesinato e trabalhadores no Museu Nacional foi fundamental, haja vista sua proposta de uma sociologia em que a análise recaia mais propriamente nas *relações* do que *nas* posições sociais (cf. Carvalho, 2015; Leite Lopes, 2013).

socioeconômica, embora não fosse prudente descartar os mecanismos de atuação da comunidade sobre esse processo.

Como indicava Palmeira, outros autores, como Eric Wolf e Hamza Alavi, tinham em vista os limites implicados no estabelecimento de uma relação direta entre “facções” do campesinato e suas manifestações políticas, e procuraram introduzir outras variáveis, como a posição diante dos meios de produção, tipo de lealdade política, isolamento ou integração, e formas de controle de recursos. Contudo, prosseguia Palmeira, esses autores não deixaram de sucumbir ao mesmo “substancialismo” de buscar no “ser de classe” o seu caráter revolucionário ou conservador, e para isso “não importa que variáveis a mais se possam introduzir na delimitação desse ‘ser’ que a sua substância não será alterada” (Palmeira, 1975, p. 4). Suas análises tinham, portanto, o mérito de fornecer, elementos para se pensar as diversas movimentações desses “grupos substantivos” entre os estratos pobre, médio e rico. Todavia, ressaltava Palmeira, nenhum dos autores questionava o pressuposto do condicionamento econômico pela “mediação da política (i.e. do confronto entre as classes) e da conjuntura (i.e., da disposição num determinado momento de todas as forças sociais de uma determinada formação social)” (Palmeira, 1975, p. 4).

Para se escapar dos termos instituídos pelo debate, Palmeira propunha que se investigasse, dentro da atividade política camponesa, a diferença entre líderes e liderados, e a motivação de cada grupo em se engajar, “a ‘origem de classe’ podendo ou não ser decisiva” (Palmeira, 1975, p. 6). O exemplo dado pelo autor remetia à atuação dos sindicatos rurais no Nordeste, onde a experiência da atividade política era decisiva para a escolha dos líderes, conforme assinalavam as expressões “os trabalhadores da comunidade”, “os trabalhadores com questão”, “os trabalhadores cujas questões passam pelo sindicato” e “os trabalhadores que comandam o movimento sindical” (Palmeira, 1975, p. 6). Embora, para Palmeira, a questão possa parecer “tautológica”, no entanto, ela permitiria identificar fatores não estritamente econômicos envolvidos na participação política do campesinato, já que

é combativo politicamente quem se organiza e não quem encarna não se sabe que virtudes de um determinado estrato social. E, para que determinado grupo se organize, o que é determinante não é o seu ‘ser de classe’ (ou fração de classe) mas o conjunto de contradições a

que está submetido num determinado momento e (...) o aparato institucional dentro do qual serão vividas essas contradições (Palmeira, 1975, p. 7).

Para o antropólogo, essas “contradições” estariam referidas ao processo de expropriação do campesinato e ao grau de acumulação capitalista que o informa, enquanto o “aparato institucional” diria respeito aos procedimentos jurídicos e legais definidos pelo Estado para a regulação dos conflitos. Essas variáveis eram importantes porque transversais às diferenciações de classe, como se poderia observar nos casos das Ligas Camponesas nordestinas, cuja mobilização se dera principalmente angariando camponeses que tinham possibilidade de verem seus conflitos resolvidos através do Código Civil Brasileiro, argumento que se contrapunha a outros que afirmavam serem os recrutados somente aqueles pertencentes às camadas mais revolucionárias (Palmeira, 1975, p. 7). Fato semelhante ocorria com o sindicato, já que eram os camponeses que prosseguiam com processos em seu interior – não sendo encaminhados imediatamente à justiça – que teriam maior participação nas decisões, e, como afirmava Palmeira, se havia algum tipo de congruência entre os camponeses mais ativos e sua extração de classe, “trata-se da conjugação de determinadas contradições dentro de certos marcos institucionais, que deve ser explicado e que, de forma alguma, constitui explicação para a participação política diferencial daquele campesinato” (Palmeira, 1975, p. 8).

Esclarecia o autor que não se tratava de negar a diferenciação camponesa, dinâmica de fato presente ainda que como “reflexo das discussões ideológicas” (Palmeira, 1975, p. 8), mas ela “vai aparecer não ao nível econômico imediato, ao nível da própria comunidade, mas ‘deslocada’, a um nível propriamente político” (Palmeira, 1975, p. 8-9). Tomar a diferenciação em seu sentido estritamente econômico, sem atentar para as particularidades que a envolvia no caso camponês, tinha repercussões na própria prática política. Exemplo disso, segundo Palmeira, fora a formação de “bancadas” do Nordeste e do Sul, divisão que acompanhava as designações de “ricos” e “pobres” com que se identificavam os participantes, fato que deu origem inclusive a uma proposta de se excluir da organização os pequenos proprietários ou aqueles que recorriam ao trabalho assalariado. Advertia o autor que, contudo, “os ‘pobres’ não eram proletários rurais (e a sub-representação dos proletários

rurais é uma das características do movimento sindical brasileiro), mas sim parceiros, arrendatários e pequenos proprietários que se valem eventualmente também do trabalho assalariado” (Palmeira, 1975, p. 8). Essas divergências ganhavam força porque muitos viam o enquadramento sindical como expressão direta da atividade laboral, desconsiderando o fundamental que é a integração do indivíduo na lógica da “família”, já que o trabalho camponês em suas diversas modalidades seria aglutinado a partir das estratégias de reprodução familiar.

Nesse ponto da argumentação, já parece claro que o antropólogo caminha no sentido de destacar e mesmo conceder autonomia relativa à dimensão política frente aos condicionantes econômicos. O passo seguinte seria modificar a própria definição do campesinato a fim de contemplar analiticamente essa dimensão. Se a tradição de estudos inaugurada por Redfield estabelecia como essencial a relação do camponês com a cidade, Palmeira sugeria tomar “não a cidade aglomeração, mas a cidade como poder externo”, e, por conseguinte, “ser camponês não significa simplesmente viver fora da aglomeração, mas antes de mais nada viver fora da *civitas*, da cidade política” (Palmeira, 1975, p. 9, grifos no original).

O que parece significativo é que, sob essa ótica, o poder “externo” consubstanciado na “cidade” poderia se tornar “interno” com o desenrolar da luta política. A busca pelo reconhecimento político geraria uma diferenciação interna na comunidade camponesa com causas independentes das diferenças de recursos. Isso porque, como reforçava Palmeira, a própria participação política seria um “diferenciador” a partir do qual inclusive, mas não somente, a própria estratificação econômica poderia vir a ocorrer. Em outro texto, Palmeira chega a afirmar que “a mobilização política do campesinato, num certo sentido, cria o campesinato”, suas formas de identificação simbólica e atuação coletiva, e que essa experiência não estaria confinada aos sindicatos, mas se estenderia a outras formas de organização coletiva – a exemplo daquelas ligadas à Igreja, partidos políticos e cooperativas (Palmeira, 1985, p. 49).

Não sendo, portanto, o critério econômico o decisivo na participação política do campesinato, mas o próprio envolvimento nas atividades políticas, qual seria, enfim, perguntava-se Palmeira, o perfil das lideranças desses movimentos? Para respondê-la, o antropólogo argumentava que era preciso

fugir de constatações correntes sobre a falta de lideranças “autênticas”, para cuja solução era muitas vezes reclamada a intervenção das “camadas urbanas”. Negligenciavam esses analistas que os líderes desempenhavam a função de “diferenciadores” através do paulatino desenrolar da prática política, adquirindo conhecimentos do “código dominante” e estabelecendo relações com outros círculos sociais e de classe, residindo especialmente nesses fatos a continuidade da liderança⁷. E ainda que ao longo do processo de mobilização política pudesse ocorrer o fechamento “corporativo” da associação, ou então a proeminência de certa “comunidade” sobre outras, nas palavras de Palmeira, “a ‘educação’ dessas lideranças, não veem os analistas, vem sempre no bojo de uma luta: é um privilégio de toda uma classe, ou pelo menos, de toda uma comunidade investido em algumas pessoas” (Palmeira, 1975, p. 10)⁸.

Considerações Finais

Postos lado a lado, os textos dos autores selecionados podem nos indicar as possíveis contribuições dos estudos rurais e agrários a outras áreas de pesquisa. Como destacado na introdução a este texto, a comparação teve um caráter direcionado já que buscou mostrar como alguns problemas colocados em âmbito internacional sobre a ação coletiva camponesa, notadamente em alguns trabalhos de Eric Wolf e Pierre Bourdieu, foram retrabalhados no contexto brasileiro pelo antropólogo Moacir Palmeira.

Como não poderia deixar de ser o contexto de cada autor é fundamental para o entendimento de suas formulações teóricas. No Brasil as ações coletivas do campesinato ganharam formas muito específicas de acordo com as regiões em que se desenvolveram: de forma geral, no Nordeste as ações coletivas tinham um caráter mais centrado, a exemplo dos sindicatos imersos

⁷ Bastos (1984) demonstra como no caso Ligas Camponesas a nacionalização do movimento fora depurando das reivindicações locais originais o efeito político de questionar o pacto industrial-agrário de 1930.

⁸ Essa discussão fazia parte do contexto no qual se inscrevia Moacir Palmeira. A partir do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (1979) as divergências se acirriaram entre CPT (Comissão Pastoral da Terra) e CONTAG (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura). A CPT capitaneava críticas ao que seria a organização centralizada da CONTAG, construída sobre uma rígida burocracia, que desatrelava a vontade dos camponeses da de seus líderes. A consequência maior dessa forma de direção política, segundo a própria CPT, seria o pragmatismo e a restrição da atuação do sindicato à letra da lei, principalmente ao Estatuto da Terra (1964), código que teria se mostrado inócuo no avanço das propostas camponesas.

em estruturas burocráticas centralizadas, como a CONTAG, diferente do que ocorria nas regiões de fronteira amazônica, onde formas de ação coletiva mais descentradas – como o “empate” entre os seringueiros ou as organizações comunitárias promovidas pela CPT, por exemplo – se desenvolviam com mais força. José de Souza Martins se dedicou com afinco a essas últimas e viu nelas expressão e potencialidade política muito distintas das que ocorriam no Nordeste, onde os conflitos se expressariam dentro da “legalidade”, tendo por relação básica o capital e o salário, e o sindicato como instrumento coletivo de ação (Martins, 1985, p. 93). Ainda segundo Martins, nas regiões de fronteira, as lutas teriam sentidos diferentes, porque diferentes eram as condições sociais em que se encontravam: elas não se fundariam nas relações de produção, como ocorria com os assalariados, mas na disputa pela manutenção do principal meio de produção que era a terra. Num caso o problema seria o de “exploração”, no outro o de “expropriação” (Martins, 1985, p. 93).

Para Palmeira, no entanto, ocorria no Nordeste uma “indiferenciação prática” entre essas duas formas, já que a luta do trabalhador rural contra a “superexploração” – consubstanciadas nas reivindicações contra os padrões de medição do trabalho (“tarefa”, “cento”, “tonelada”) e o sistema de “barracão” - não estaria dissociada da luta a favor da cessão de terras e contra a expropriação (Palmeira, 1979, p. 46-47). Embora, ainda segundo o antropólogo, essa diferenciação entre “exploração” e “expropriação” possa ter rendimentos analíticos importantes, ela não concederia autonomia relativa à dinâmica política. Não poderia se separar de forma tão abrupta aquilo que a mobilização camponesa teria unificado (Palmeira, 1979, p. 49). Mais uma vez vemos aqui como a autonomia relativa concedida à política não é variável tangencial à compreensão da própria organização social camponesa.

O exemplo acima é indicativo de como o contexto influencia nas elaborações teóricas, o que não significa que seu alcance analítico esteja restrito a ele, como a comparação com casos internacionais buscou demonstrar. A importância concedida à dimensão política na definição do campesinato auxiliou Palmeira a escapar de certas aporias do debate internacional. Wolf associou as ações coletivas camponesas à estrutura de classe, elegendo o “campesinato médio” como aquele mais propenso à mobilização política e com recursos para levar adiante alianças com outros

grupos rebeldes. Bourdieu, por sua vez, observava como as condições que poderiam fazer surgir ações coletivas camponesas eram as mesmas que poderiam enfraquecê-las ou miná-las. O estado de anomia que o sociólogo francês observara na dilacerada sociedade argelina não favorecia a formação de comportamentos racionais, voltados para projetos de futuro que, segundo ele, seriam mais condizentes com uma mobilização política consequente. Nem um autor, nem outro conceberam a esfera política em sua “autonomia relativa”, seja porque a submeteram à lógica estrita das classes, seja porque a reduziram à inércia cultural de um tradicionalismo que, revivido em condições totalmente alteradas, assumiria a forma do “desespero”. Diferente desses autores, para Palmeira a esfera política – ou melhor, a atuação política - teria efeitos socializadores sobre os indivíduos, com igual ou maior peso que a esfera econômica, fundada nas classes, e da esfera social, fundada nos mores e práticas camponesas.

Por fim, importante destacar como a formulação de Palmeira pode trazer contribuições ao debate contemporâneo sobre ação coletiva. Não me refiro somente ao debate atual em que se polarizam estudos subalternos e pós-coloniais e seus críticos – que retomam os termos do debate entre marxistas e “populistas” (Tom Brass, 2000 e 2002) -, mas sobretudo à vertente da sociologia política que se debruça nas relações entre formas de mobilização política e processo de democratização (Tilly, 2013), ainda que muitas vezes restritas às instituições estatais, e entre ação e estrutura, na qual a dinâmica política atue como esfera mediadora (Mcadam, Tarrow & Tilly, 2001; Tarrow, 2009; Tilly, 2006).

Referências bibliográficas:

BASTOS, Élide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologie de l'Algérie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1958.

BOURDIEU, P. & SAYAD, A. *Le déracinement*. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie. Paris : Minuit, 1964.

BOURDIEU, P.; DARBEL, A.; RIVET, J.-P. & SEIBEL, C. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris : Mouton, 1963.

BRASS, Tom. *Peasants, Populism and Postmodernism: The Return of the Agrarian Myth*, London and Portland, OR: Frank Cass, 2000.

_____ - 'Latin American Peasants – New Paradigms for Old?', *The Journal of Peasant Studies*, Vol.29, Nos.3&4, 2002a.

CARVALHO, Lucas. *Projeto, conhecimento e reflexividade: estudos rurais e questão agrária no Brasil dos anos 1970*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGSA / IFCS / UFRJ, 2015.

COLONNA, Fanny. "The Phantom of Dispossession: From The Uprooting to The Weight of the World." Pp. 63-93 in *Bourdieu in Algeria*, edited by J. Goodman and P. Silverstein. Lincoln: University of Nebraska Press, 2009.

GARCIA JR., Afrânio. Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas. *Mana*, vol. 15, n. 2, 2009.

GARCIA JR., Afrânio. & GRZYNSZPAN, Mário. Veredas da questão agrária e os enigmas do grande sertão. In: *O que ler em ciências sociais*. S. Miceli (org.), São Paulo: ANPOCS/Sumará, 2002.

GNACCARINI, José Cesar; MOURA, Margarida Maria. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 5-52, 1. sem. 1983.

GO, Julian. "Decolonizing Bourdieu: colonial and postcolonial theory in Pierre Bourdieu's early work". *Sociological Theory*, 31 (1): 49-74, 2013.

GOODMAN, Jane and SILVERSTEIN, Paul (eds.). *Bourdieu in Algeria: Colonial Politics, Ethnographic Practices, Theoretical Developments*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2009.

LAURIA-PERRICELLI, Antonio. "Materialist Scholarship and The People of Puerto Rico". *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 2012.

LEITE LOPES, José S. *Touraine e Bourdieu nas ciências sociais brasileiras: duas recepções diferenciadas*. *Revista Sociologia & Antropologia*, vol. 3, n. 5, 2013.

HEILBRON, Johan. "Practical Foundations of Theorizing in Sociology: The Case of Pierre Bourdieu." In: *Social Knowledge in the Making*, edited by C. Camic, N. Gross, and M. Lamont. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

MAIA, João Marcelo. A imaginação da terra: o pensamento brasileiro e a condição periférica. *Tempo Social*, v. 25, p. 79-97, 2013.

_____ - Space, social theory and peripheral imagination: Brazilian intellectual history and de-colonial debates. *International Sociology*, v. 26, p. 392-407, 2011.

MARTÍN-CRIADO, Enrique. *Les deux Algéries de Pierre Bourdieu*. Bellecombe-en-Bauges : éditions du Croquant, coll. Champ social, 2008.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. São Paulo: Petrópolis, 1983.

_____ - A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____ - *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 2010.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney & TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Nova York: Cambridge University Press, 2001.

MINTZ, Sidney. The People of Puerto Rico Half a Century Later: One Author's Recollections. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, vol. 6, n. 2, 2001.

PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalisme au Brésil. Lecture critique d'un débat*. Paris: Université de Paris. Tese, 1971.

_____ - *Diferenciação social e participação política do campesinato: primeiras questões*. Mimeo, 1975.

_____ - *Campesinato, fronteira e política*. Anuário Antropológico/76. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.

_____ - Desmobilização e conflito, relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, ano 1 (1), agosto, 1979.

PETERS, Gabriel M. De volta à Argélia: a encruzilhada etnossociológica de Bourdieu. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, vol. 29, n.1, 2017.

ROSEBERRY, W. Historical Materialism and The People of Puerto Rico. *Social Anthropology in Puerto Rico*, vol. 8, 1978.

SAPIRO, Gisèle. "Une Liberté Contrainte. La Formation de la Théorie de l'Habitus" (Freedom Constrained: The Formation of the Theory of Habitus). In : *Pierre Bourdieu, Sociologue*, P. Champagne, L. Pinto, and G. Sapiro (eds.). Paris: Fayard, 2004.

STEWART, Julien H; et al. *The People of Puerto Rico: a study in social anthropology*. Urbana: University of Illinois Press, 1956

SHANIN, T. *A Definição de Camponês: Conceitualização e Desconceitualização*. Em: Novos Estudos CEBRAP, no. 26. São Paulo, 1980.

SIGAUD, L. "Para que serve conhecer o campo". In : MICELI, S. (org.). *Temas e problemas da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo : IDESP; Rio de Janeiro : Sumaré, 1992.

SILVERMAN, Sidel. "The Peasant Concept in Anthropology", *Journal of Peasant Studies*, VII, pp. 54, 63, 1979.

SZANTON, David L. The origin, nature, and challenges of area studies in the United States. In: SZANTON, David L. (Ed.). *The politics of knowledge: area studies and the disciplines*. Berkeley: University of California Press, 2004.

TARROW, Sidney. *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

_____ - *Democracia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

VELHO, Otávio. "Processos Sociais no Brasil pós-64: as Ciências Sociais", in Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense, 1983.

WOLF, ERIC. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

_____ - *Guerras Camponesas no século XX*. Rio de Janeiro: Editora Global, 1984.

YACINE, Tassadit. "Aux origines d'une ethnosociologie singulière". In: *Pierre Bourdieu. Esquisses Algériennes*. SEUIL, 2008.